

PORTUGAL DIPLOMÁTICO



**Eleições Europeias
Cimeira da Paz
Entrevista a Allan Katz**

IIª EDIÇÃO
Maio-Junho 2024



Índice

Pág. 2

Acontecimentos
do mês

Entrevista a Allan
Katz

Pág. 9

Pág. 13

Notícias
Internacionais

Mês do MENE

Por Bruno Oliveira

Nesta nova rubrica do Portugal Diplomático abordaremos diversos acontecimentos que marcaram o mês de trabalho do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros (MENE).

Visita de Estado a Espanha

Começando no mês de maio, mais precisamente no dia 14, o Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Paulo Rangel, realizou a sua primeira visita de Estado oficial a Espanha, durante a qual participou numa reunião bilateral com o seu homólogo, José Manuel Albares. Em declarações conjuntas à imprensa, ambos os ministros referiram a importância das ligações férreas de alta velocidade entre Lisboa e Madrid, mas também a Vigo. “Nós queremos duas ligações a Espanha, pelo menos, e, portanto, para nós, ambas têm importância”, disse Paulo Rangel, tendo o ministro espanhol acrescentado que “para Espanha é prioritário melhorar as infraestruturas que nos comunicam com Portugal e temos um especial interesse nas linhas de alta velocidade”. Desta visita é reforçada a ideia de que “Espanha é uma prioridade para Portugal, não para um partido ou um governo. É uma prioridade do Estado português”, tal como afirmou o ministro dos Negócios Estrangeiros.



Paulo Rangel e o seu homólogo, José Manuel Albares (foto: Observador)

Reunião dos ministros dos Negócios Estrangeiros da NATO

No final do mês, Paulo Rangel participou na reunião informal dos ministros dos Negócios Estrangeiros da NATO, que se realizou nos dias 30 e 31, em Praga. Os temas discutidos nesta reunião foram a preparação para a cimeira de Julho em Washington e as limitações impostas ao uso de armamento ocidental pela Ucrânia. No mesmo dia, o presidente americano, Joe Biden, deu autorização à Ucrânia para utilizar armamento disponibilizado pelos Estados Unidos em território russo, mas apenas para a defesa da região de Kharkiv. Conjuntamente com os EUA, também a Alemanha e a própria NATO deram luz verde a esta medida. Na reunião, para além da questão da defesa da Ucrânia, Portugal alertou para a importância do flanco Sul da NATO.

Encontro com líder da oposição bielorrussa

No início do mês de junho, o ministro reuniu-se no Porto com a líder da oposição bielorrussa, Sviatlana Tsikhanouskaya. Alguns dos tópicos discutidos foram as ações da sociedade civil contra o governo de Aleksandr Lukashenko, o apoio à diáspora portuguesa no país, o regime de sanções aplicadas pela União Europeia e o desejo de democratização por parte da oposição.

Cimeira da Paz

A meio do mês, Paulo Rangel dirigiu-se à Suíça para a Cimeira da Paz na Ucrânia. A comitiva portuguesa, que contava também com o presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, participou no grupo de trabalho relativo à segurança alimentar. O ministro dos Negócios Estrangeiros, numa mesa-redonda sobre o tema, afirmou que a questão alimentar é a “que põe mais em evidência o caráter global, mundial desta guerra”, acrescentando que “para trazermos parceiros, em particular da África e da Ásia, mas também alguns da América Latina, nomeadamente da América Central, para este diálogo, é preciso, naturalmente, ver qual é o impacto que esta guerra tem sobre eles. E então no continente africano isso é claro: é mesmo a fome”. Para além disso, o ministro também disse que “as sanções que a União Europeia tem desenhado para a Rússia e que Portugal tem aprovado, com a nossa mão, e muitas vezes com a veemência dos representantes de Portugal na União Europeia, têm sido sempre adaptadas para evitar as consequências em termos alimentares para o continente africano e o continente asiático”. No dia anterior à cimeira, numa entrevista à TSF, o ministro abordou a sua visão da cimeira, afirmando que, apesar dos resultados que “não permitem que se avance com o fim das hostilidades e dos atos de guerra”, estes vão “estabelecer as condições com que a comunidade internacional concorda para ter uma paz duradoura no futuro”.



O presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa e o ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros (foto: Governo)

Visita de Estado a Angola

Nos dias 21 e 22, o ministro dos Negócios Estrangeiros realizou uma visita de trabalho a Luanda com o objetivo de preparar a visita que o primeiro-ministro, Luís Montenegro, irá realizar em julho. O primeiro dia iniciou-se com uma visita à chancelaria da embaixada de Portugal em Angola, onde se reuniu com funcionários e diplomatas portugueses, mas também com alguns cidadãos angolanos. De seguida, Paulo Rangel foi recebido pelo Presidente de Angola, João Lourenço, onde foi discutida a futura visita de Luís Montenegro ao país, bem como diversas questões bilaterais. Depois disso, o ministro reuniu-se com o seu homólogo, Tété António, onde abordaram diversas questões relacionadas com as relações bilaterais entre os dois países e com a CPLP. O primeiro dia terminou com um encontro com a comunidade portuguesa em Luanda, na residência oficial do embaixador português. No segundo dia da visita, Paulo Rangel visitou o cemitério de Santa Ana, local onde repousam os restos mortais de mais de 450 soldados portugueses.



O ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros e o seu homólogo, Tété António (foto: Jornal de Notícias)

Conselho dos Negócios Estrangeiros da UE

O ministro também participou no conselho dos Negócios Estrangeiros da União Europeia que decorreu no dia 24 de junho, no Luxemburgo. Neste conselho foi adotado o 14º pacote de sanções económicas contra a Rússia, debatida a situação da guerra com o ministro dos Negócios Estrangeiros da Ucrânia, Dmytro Kuleba, bem como o conflito no Médio Oriente. Os ministros dos Negócios Estrangeiros dos Balcãs Ocidentais também participaram na reunião, de forma a discutir a política externa e de segurança e a sua adesão à UE. Por fim, a região dos Grandes Lagos, em África, foi outro dos pontos abordados, com destaque para a atual crise na parte oriental da República Democrática do Congo (RDC), conjuntamente com a situação na Tunísia.

Visita de Zelensky a Portugal

Por Bruno Oliveira

Pela primeira vez, Volodymyr Zelensky visitou Portugal. Após as suas visitas a Espanha e à Bélgica, a 28 de maio o presidente ucraniano realizou uma visita de Estado a Lisboa, durante a qual foi também assinado um acordo de cooperação bilateral entre os dois Estados. De acordo com uma nota divulgada pela Presidência da República, “a visita de trabalho do Presidente Zelensky insere-se na intenção partilhada de aprofundar as excelentes relações entre os dois Estados”, acrescentando que “será ainda oportunidade para reiterar o compromisso de Portugal para com a soberania e integridade territorial da Ucrânia.

A visita iniciou-se com honras militares no aeroporto Figo Maduro, tendo o chefe de Estado ucraniano sido recebido pelo presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, e pelo primeiro-ministro, Luís Montenegro. Na comitiva portuguesa encontravam-se ainda o ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Paulo Rangel, o ministro da Defesa, Nuno Melo, e várias chefias militares. De seguida, Zelensky dirigiu-se ao Palácio de São Bento, onde se reuniu com Luís Montenegro e terminou a visita com uma reunião com Marcelo Rebelo de Sousa no Palácio de Belém.



Volodymyr Zelensky, Marcelo Rebelo de Sousa e Luís Montenegro no aeroporto Figo Maduro (foto: Correio da Manhã)

Apesar de ter sido curta, a visita teve resultados concretos, nomeadamente o Acordo sobre a Cooperação de Segurança entre Portugal e a Ucrânia. Com a duração de dez anos, este acordo prevê a cooperação entre os dois países em termos de assistência humanitária, financeira, militar e política, tal como afirmou Paulo Rangel, em declarações aos jornalistas, em Bruxelas. Dividido em nove partes, o acordo abrange diversas áreas: a nível militar, o treino de membros das Forças Armadas ucranianas em Portugal, a cooperação na indústria de defesa, a desminagem e a segurança marítima, entre outros; a nível humanitário, a ajuda humanitária; a nível económico, o processo de recuperação e reconstrução da Ucrânia; a nível político, a defesa pela paz, a aplicação de sanções à Rússia e o apoio à integração da Ucrânia na União Europeia e na NATO.

Após a sua visita a Portugal, Zelensky deslocou-se à Suécia, Singapura, Filipinas, Qatar, França (no âmbito das comemorações dos 80 anos do Dia D), Alemanha, Arábia Saudita, Itália (no quadro da cimeira do G7) e Suíça, tendo esta sido o palco da Cimeira da Paz, de forma a reforçar as relações bilaterais com todos estes países e sensibilizar para a causa ucraniana.

Eleições Europeias em Portugal

Por Alice Couto

No passado dia 9 de junho realizaram-se em Portugal as eleições para o Parlamento Europeu, o único órgão da União Europeia eleito por sufrágio direto. Dos 720 eurodeputados, Portugal elege 21.

Concorreram às eleições 17 partidos portugueses, mas só 6 elegeram deputados, tendo sido o Partido Socialista (PS), com 8 mandatos, o vencedor das eleições. Seguiu-se a Aliança Democrática (AD) com 7 mandatos, a Iniciativa Liberal (IL) e o Chega com 2 cada um e o Bloco de Esquerda (BE) e o Partido Comunista Português (PCP) com apenas 1 mandato cada um. Estes 2 últimos partidos perderam cada um 1 mandato (na legislatura de 2019 a 2024, tanto o BE como o PCP tinham 2 eurodeputados), mostrando um declínio da esquerda em Portugal. Contudo, o verdadeiro derrotado da noite foi o Chega, que tencionava até ganhar as eleições, fazendo com que eleição dos 2 eurodeputados ficasse muito aquém das expectativas do presidente do partido, André Ventura. Também o PSD e o seu cabeça de lista, Sebastião Bugalho, tencionavam ganhar as eleições, dado que já tinham vencido as legislativas de março, mas perderam para o PS por um ponto percentual apenas, que se traduziu também em menos um mandato que este partido. Além destes vencidos, também o Livre e o Pessoas, Animais e Natureza (PAN) esperavam eleger um deputado, mas não tiveram votos suficientes. Quanto aos vencedores, para além do PS destaca-se a Iniciativa Liberal, que elegeu pela primeira vez deputados para o Parlamento Europeu.



A presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, ao lado do cabeça de lista da AD, Sebastião Bugalho (foto: SIC Notícias)

Os partidos vencedores estão integrados nas famílias partidárias europeias. O partido que venceu as eleições europeias foi o Partido Popular Europeu, que dos 189 eurodeputados eleitos, 7 são do PSD. Em segundo lugar ficaram os Socialistas e Democratas, integrando nos seus 136 eurodeputados os 8 que o PS elegeu. Em terceiro lugar ficaram os Conservadores e Reformistas Europeus, grupo de extrema-direita do qual faz parte o partido da primeira-ministra italiana Giorgia Meloni. Destaca-se também a nomeação do anterior primeiro-ministro português, António Costa, para o cargo de presidente do Conselho Europeu, sendo apoiado pelos socialistas, democratas cristãos e liberais. Para além da nomeação de António Costa, no acordo alcançado entre os grupos políticos, Ursula von der Leyen irá ocupar novamente o cargo de presidente da Comissão Europeia e Kaja Kallas, atual primeira-ministra da Estónia, o cargo de Alta Representante da União Europeia para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança.

Os resultados destas eleições ilustram as crises pela qual a União Europeia está a passar: o crescimento da extrema-direita nos parlamentos nacionais, que agora traduziu-se num crescimento também no Parlamento Europeu e as questões quanto à defesa e ao apoio à Ucrânia.



A cabeça de lista do PS, Marta Temido, com o candidato dos Socialistas Europeus, Nicolas Schmidt e o secretário-geral do PS, Pedro Nuno Santos (foto: Diário de Notícias)

Visita do primeiro-ministro a Paris

Por Bruno Oliveira

Na sua primeira visita oficial a França, o primeiro-ministro, Luís Montenegro, reuniu-se com o presidente da República Francesa, Emmanuel Macron, no dia 19 de junho.

Apesar da brevidade da visita, os dois chefes de Estado abordaram diversas questões comuns aos dois países. Em declarações conjuntas aos jornalistas, antes da realização de um almoço de trabalho, Luís Montenegro afirmou que “Portugal e a França têm uma relação de parceria transversal, histórica, quer do ponto de vista bilateral, quer do ponto de vista do nosso compromisso com os valores e a construção do futuro da União Europeia, quer do ponto de vista global, nas Nações Unidas e em áreas geográficas em que temos interesses que partilhamos”. Segundo o primeiro-ministro, a visita teve como objetivo “incrementar a relação que temos e dizer-lhe que temos à nossa frente um espaço de cooperação que pode ser mais profundo e servir os nossos povos”.



O primeiro-ministro, Luís Montenegro e o presidente de França, Emmanuel Macron (foto: Notícias ao Minuto)

O presidente francês também sublinhou a importância das relações bilaterais entre França e Portugal, afirmando que “este almoço permitir-nos-á também discutir a agenda bilateral que une os nossos dois países de uma forma que é, diria eu, muito singular na Europa, porque temos obviamente uma grande cooperação”.

Entre os temas abordados estiveram as questões relativas à agenda da União Europeia, o apoio à Ucrânia, o acompanhamento da situação em Gaza, a organização dos Jogos Olímpicos e as comunidades portuguesa e francesa nos dois países.

Entrevista a Allan Katz

Nesta edição, o convidado entrevistado foi o antigo embaixador dos Estados Unidos da América em Portugal, Allan Katz. Além de embaixador entre 2010 e 2013, Allan Katz também foi membro do Comité Nacional Democrata, onde ajudou na redação da plataforma do partido para a Convenção Nacional Democrática de 2008 e fundador da “American Public Square”, organização que promove o diálogo na sociedade. Atualmente é professor na Universidade de Missouri-Kansas City. A entrevista foi realizada por Bruno Oliveira, Margarida Melo, Maria Macedo e Dario Vargas.

Começando com as eleições presidenciais nos EUA, a minha primeira pergunta é: a percepção que muitas pessoas têm em Portugal é que Trump está a ganhar a corrida e que a sua reeleição está quase garantida, mas o que é que Biden pode fazer em cerca de apenas quatro meses para mudar isso?

Penso que a eleição vai ser muito renhida e é importante compreender que nos Estados Unidos não temos uma eleição nacional, temos cinquenta eleições separadas em cada estado, por isso, se alguém ganhar mais votos populares a nível nacional, isso não significa que tenha ganho a eleição. Penso que, no caso desta eleição, Trump é o favorito atualmente e acredito que, em muitos aspectos, se resumirá a três estados: Wisconsin, Michigan e Pensilvânia. Se Biden ganhar os três, provavelmente será reeleito, se perder um deles, provavelmente perderá. Não creio que haja muito que Biden possa fazer de forma positiva para se ajudar a si próprio, mas penso que a sua campanha pode sublinhar as preocupações que muitas pessoas têm em relação ao facto de Trump ser presidente e isso pode ter o maior impacto.

Temos visto nas redes sociais que a juventude americana se questiona sobre o porquê de Biden se candidatar novamente, tendo em conta que já é o presidente mais velho em funções na história dos EUA. Na sua opinião, existe outro candidato democrata válido e forte capaz de desafiar a candidatura de Trump e, se não, porquê?

Bem, penso que qualquer outro democrata venceria Trump e uma das grandes ironias de tudo isto é que o único republicano que Biden poderia vencer é Trump e provavelmente o único democrata que Trump poderia vencer é Biden. Ora, o trabalho de um partido político é ganhar eleições, mas então porque é que cada partido nomeia o candidato mais fraco? A realidade é que, na forma como funciona o processo de nomeação, é muito, muito difícil opormo-nos a um presidente em exercício no nosso próprio partido e Donald Trump conquistou o Partido Republicano e transformou-o num partido totalmente diferente, teve uma série de pessoas a concorrer contra ele e nenhuma delas esteve sequer perto.

Se Trump ganhar efetivamente as eleições, quais é que serão as consequências internas para os Estados Unidos?

Entre as consequências que temos, no caso de Trump, ele falou em fazer uma série de coisas que penso que seriam prejudiciais. Falou em afastar a América do resto do mundo, falou em reduções de impostos que teriam como objetivo ajudar as empresas, acabar com o apoio governamental às energias renováveis e penso que também falou, literalmente, em tentar encontrar imigrantes sem documentos no nosso país, reuni-los e enviá-los para fora dos Estados Unidos. Por isso, penso que todas estas são consequências significativas.

Em termos de política externa, quais é que serão as consequências? Devemos esperar uma continuação do seu isolacionismo ou devemos esperar uma nova abordagem?

Penso que Trump é muito capaz de retirar os Estados Unidos da NATO, o que, naturalmente, mudará o mundo como o conhecemos, certamente para pior na Europa. Creio que Trump pensa que pode ser amigo de Putin e, por isso, em termos de apoio à Ucrânia, penso que isso se evaporaria. Também pensa que pode ser amigo da Coreia do Norte, pelo que creio que será um tipo de política externa muito diferente e que terá uma série de implicações negativas para o resto do mundo.



Allan Katz



Allan Katz

Ainda no domínio da política externa, a relação entre a China e os Estados Unidos é um aspeto fundamental da mesma, mas o que é que devemos esperar das relações entre os EUA e a China durante a nova presidência de Trump?

Bem, se há algo que pode unir tanto os democratas como os republicanos é a sua aversão à China neste momento. Existe um forte sentimento de que a China se está

a comportar mal quando no que diz respeito ao comércio, têm um longo historial de violação das normas de propriedade intelectual, ameaçaram Taiwan, estão a ajudar, do ponto de vista financeiro, Putin, por isso todas estas coisas são coisas que nenhuma das partes gosta e a China tem os seus próprios problemas económicos com os quais vai ter de lidar, mas a China é claramente uma potência emergente no mundo e tem também a segunda maior economia do mundo. Algures por aí, penso que uma administração Biden descobrirá uma forma de coexistir pacificamente com a China. No que diz respeito a Trump, não faço ideia, mas não contaria com uma resolução fácil para nenhum dos lados.

Alguns argumentam que a mentalidade do presidente dos Estados Unidos está a mudar, afastando-se da Europa e centrando-se mais no Pacífico. A questão que se coloca é: estará a mudar? Será que as suas mentes estão realmente a mudar, estão a afastar-se da Europa e a centrar-se no Pacífico, ou é apenas algo que nós, enquanto europeus, pensamos devido à situação da NATO?

Bem, duas coisas: quando eu era embaixador aqui mesmo, havia esta questão: Obama está a virar para a Ásia? E eu disse às pessoas que há várias coisas a ter em conta. Em primeiro lugar, sempre que há uma crise ou uma catástrofe no mundo, nos Estados Unidos a primeira chamada vai para a Europa. Portanto, a Europa continua a ser vista como o nosso aliado indispensável, se quiserem. Mas a situação económica do mundo na Ásia, que no passado era relativamente menor, já não é menor. Portanto, não se trata de nos afastarmos da Europa, mas sim de acrescentar a essa visão o que se está a passar na Ásia.

Falando agora das relações bilaterais entre Portugal e os EUA, como é que as caracterizaria?

Penso que são muito boas, para começar, penso que os portugueses têm demonstrado, desde a revolução, um apoio muito forte aos Estados Unidos e posso dizer que Portugal se tornou o país mais popular do mundo para visitar nos Estados Unidos. Quando eu era embaixador aqui, havia cerca de duzentos mil americanos que vinham a Portugal, sem contar com os que vinham por um dia num navio de cruzeiro, no ano passado um milhão e meio de americanos vieram a Portugal. Portanto, não se trata apenas de um grande número de turistas, mas também de um grande número de americanos que decidiram que gostariam de ter propriedades aqui e viver parte das suas vidas aqui. Por isso, acho que a relação é muito, muito boa e só vai melhorar.

Devemos esperar uma nova abordagem nas relações EUA-Portugal se Trump for reeleito?

Bem, apenas na medida em que Portugal, sendo parte da NATO, parte da Europa Ocidental, irá beneficiar ou sofrer as consequências que o resto do continente irá sofrer. Por isso, não creio que haja qualquer animosidade pessoal em relação a Portugal, mas se decidir pressionar e minar a União Europeia, então Portugal torna-se dano colateral.

Falando agora de diplomacia em geral, como descreveria a sua experiência enquanto embaixador dos EUA em Portugal?

Tive uma experiência maravilhosa aqui. Foi uma altura difícil devido à crise financeira e, consequentemente, os Estados Unidos interessaram-se muito pelos países da Europa que estavam a passar por grandes dificuldades financeiras, como a Irlanda, a Grécia, Portugal e Espanha, pelo que estive muito mais ativamente envolvido com o Governo português do que teria estado em circunstâncias diferentes. Penso que, para mim e para a minha mulher, esta foi uma experiência extraordinária e essa é uma das razões pelas quais continuamos a vir a Portugal todos os anos por longos períodos de tempo e temos muitos amigos portugueses, e penso que, de muitas formas, permitiu uma compreensão ainda melhor de uma cultura diferente, uma cultura que nos abraçou e que nós abraçámos.

Para terminar, tem alguma dica para os jovens que também gostariam de ser embaixadores no futuro?

Todos os países fazem-no de forma diferente, mas a mensagem que tenho para os jovens é que têm de agarrar as coisas, porque o futuro está nas vossas mãos. As pessoas que estão atualmente no poder, as pessoas mais velhas, as pessoas da minha idade ou um pouco mais novas do que eu, fizeram o que fizeram. Algumas coisas fizemos bem, outras não fizemos bem e vocês estão dolorosamente a par dos nossos fracassos e eu diria que agora é da vossa responsabilidade ir lá fora e mudar as coisas neste país e o que vão descobrir é que, primeiro que tudo, não é fácil, mas ao mesmo tempo o futuro do meu país, o futuro de Portugal está nas mãos de pessoas como vocês, jovens.

Acordo Militar entre São Tomé e Príncipe e Rússia

Por Dario Vargas

No dia 5 de maio iniciou-se a implementação de um acordo técnico de cooperação militar entre São Tomé e Príncipe e a Rússia, assinado em São Petersburgo no dia 24 de abril e com duração indeterminada. Este acordo engloba diversas áreas, incluindo a formação de comandantes militares, a partilha de informações e experiências, a utilização de armas e equipamento militar, apoio logístico e de material militar, a participação em exercícios militares e sua monetarização e a passagem de forças militares russas pelo arquipélago.

Segundo um documento publicado pela agência de notícias oficial russa *Sputnik*, o acordo “contribui para fortalecer a paz e a estabilidade internacional”. Por outro lado, o ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Paulo Rangel, afirmou, no dia 10 de maio, numa entrevista ao canal televisivo *SIC Notícias*, que “Portugal manifestou preocupação, em particular pelo seu caráter “quase surpreendente”, entrando em consulta com as autoridades são-tomenses para explicar que Portugal e outros Estados europeus manifestaram “estranheza, apreensão e perplexidade perante este acordo”, reforçando, contudo, que São Tomé e Príncipe “é um Estado independente e soberano” com “total legitimidade para fazer as suas escolhas” e que, no passado, o Estado português tinha “ótimas e intensas relações” com Estados da CPLP que tinham colaborações com a União Soviética e, posteriormente, com a Rússia.



Soldados são-tomenses em sentido enquanto seguram bandeiras de São Tomé e Príncipe e da Rússia (Foto: RDP África – RTP)

O primeiro-ministro são-tomense, Patrice Trovoada, repudiou, numa entrevista ao jornal The Africa Report, as preocupações de Portugal, afirmando que o acordo “não era algo de especial”, realçando que São Tomé e Príncipe tinha muitos mais compromissos militares com os Estados Unidos e a NATO que com a Rússia e que o seu país estaria disposto a trabalhar com todos os atores.



Primeiro-ministro são-tomense Patrice Trovoada (Foto: Africa Report)

Estes desenvolvimentos surgem no contexto de uma crescente rivalidade entre o Ocidente e a Rússia em África, com ambas as partes a tentar manter e expandir a sua influência num continente rico em matérias-primas essenciais para a economia global e para a transição energética e cujo apoio diplomático mostra-se essencial em diversas questões geopolíticas. As preocupações ocidentais foram acentuadas após uma onda de golpes de Estado na região do Sahel levar à ascensão de governos que revogaram acordos militares com a França e os Estados Unidos, substituindo-as por laços mais fortes com a Rússia e organizações afiliadas à nação.

Moscovo tem procurado nos últimos anos intensificar os seus laços com os PALOP, reforçando relações que datam do apoio soviético aos movimentos independentistas destas nações.

Visita de Xi Jinping à Europa

Por Rodrigo Fialho

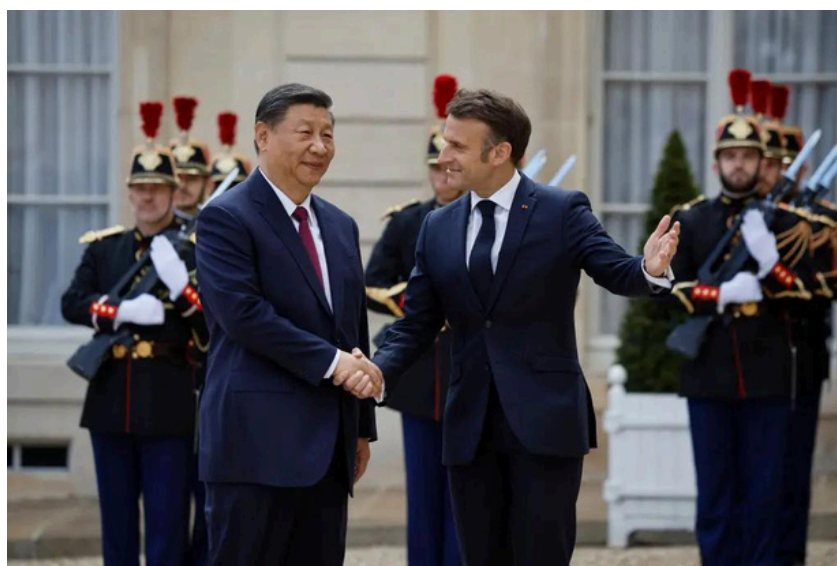
O presidente chinês visitou os homólogos europeus a propósito de questões comerciais e da guerra na Ucrânia. Não faltaram momentos de tensão e bons passeios.

No passado dia 5 de maio, Xi Jinping aterrou em Paris acompanhado da sua mulher para uma visita de seis dias à Europa. A receção francesa, no Palácio dos Inválidos, contrastou imenso com o apanágio das capitais servia e húngara, onde o casal foi recebido com as ruas repletas de bandeiras chinesas. Tal é ilustrativo da divisão que vigora no seio da União Europeia (UE) sobre como lidar com o parceiro asiático.

Questões económicas: divergências e alinhamento

Atritos anteriores adivinhavam as tensões da visita. Poucos dias antes desta, Alemanha e Reino Unido detiveram pelo menos seis pessoas por alegada espionagem e crimes relacionados com a China. De resto, a UE já tinha iniciado inquéritos comerciais sobre turbinas eólicas chinesas e equipamento médico.

No Palácio do Eliseu, Emmanuel Macron, presidente francês, e Ursula von der Leyen, presidente da Comissão Europeia, reuniram-se com Xi para discutir questões de foro económico e de segurança. A forte penetração chinesa nos mercados europeus e concorrência desleal, nomeadamente a subsidiação à indústria dos veículos elétricos, foram um ponto sensível da reunião. Também o desrespeito pelos direitos humanos e as amizades Pequim-Moscovo contribuíram para um clima tenso. A estada em França terminou com um passeio pelo colo do Tourmalet, nos Pirenéus, no qual os presidentes e as suas primeiras-damas assinalaram os 60 anos das relações diplomáticas entre os dois países.



O presidente da China, Xi Jinping, e o presidente de França, Emmanuel Macron (SIC Notícias)

Na terça-feira, 7 de maio, deu-se a chegada de Xi Jinping a Belgrado. Lá, longe das críticas de outras capitais europeias, o presidente e o homólogo sérvio, Aleksandar Vučić, aprofundaram as relações comerciais entre os dois Estados. A assinatura de uma declaração conjunta, prometendo a construção de uma “comunidade com um futuro partilhado”, ilustra-o – ainda que os termos dessa comunidade não tenham sido claramente definidos.

A visita terminou dia 10, em Budapeste. Na capital húngara, Xi e Órban assinaram cerca de 18 acordos de cooperação, abrangendo setores como os caminhos-de-ferro, as tecnologias de informação e a energia nuclear. O presidente chinês espera que Órban utilize a sua presidência rotativa da UE, que terá início em julho, para “promover o desenvolvimento estável e saudável das relações China-UE”.



Xi Jinping e o primeiro-ministro húngaro, Viktor Orbán (foto Xinhua Português)

Questão da Ucrânia: neutralidade e apelo à paz

A suspeita do fornecimento de bens de dupla utilização de Pequim a Moscovo, alegadamente usados para fins bélicos na Ucrânia, tem despertado críticas no seio da União. Por outro lado, a China garante que a sua posição é de neutralidade e apela à paz, embora tenha declarado em 2022 que possuía uma “amizade inabalável” com o Estado soviético.

Esta posição dúbia tem vindo a frustrar o estabelecimento de relações mais positivas com a Europa Central e de Leste, onde a pressão russa é mais sentida. De resto, analistas defendem que a visita serviu o propósito de aprofundar a tentativa chinesa de afastar a Europa da esfera de influência americana.

Os chineses têm vindo a dividir gradualmente a Europa em dois grupos, “os que são amigos e os que não são amigos da China”, esclarece Bertram Lang, analista especializado em política externa chinesa.

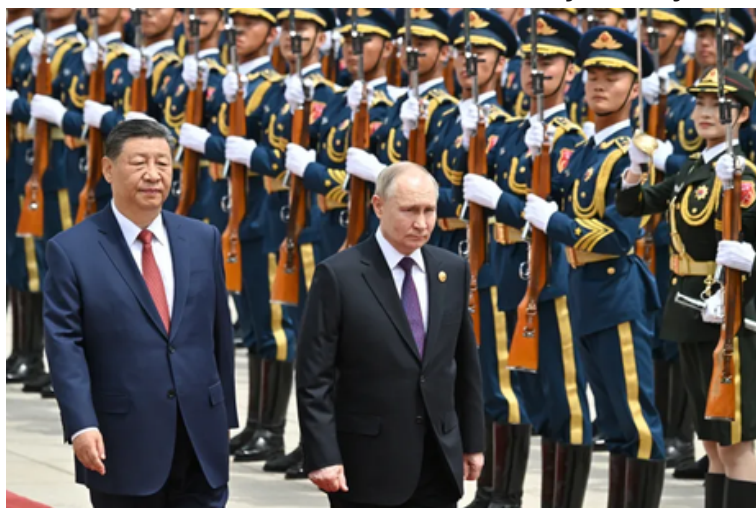
Visita de Putin à China

Por Dario Vargas

Nos dias 16 e 17 de maio, o Presidente russo Vladimir Putin realizou, a convite do presidente da China Xi Jinping, uma visita de Estado à China, a primeira após a sua reeleição para um quinto mandato presidencial. Esta eleição foi considerada fraudulenta pela maioria dos observadores internacionais e criticada como ilegítima por várias nações, inclusive Portugal, cujo então ministro dos Negócios Estrangeiros, João Gomes Cravinho, denominou de “exercícios de farsa”.

Durante esta visita, realizada com o intuito de reforçar a cooperação entre ambos os países, foram discutidos vários temas, desde o comércio bilateral e o intercâmbio cultural até questões internacionais de interesse comum. Numa declaração conjunta assinada por ambos os líderes foi

reafirmada o apoio mútuo face a tentativas de “impedir o desenvolvimento normal de laços bilaterais” e de “interferência nos assuntos internos dos dois Estados”, criticadas ações “extremamente desestabilizantes” pelos Estados Unidos da América que “compõem perigos diretos à segurança da Rússia e da China” e redigidos diversos compromissos em setores económicos, nomeadamente a indústria, a agricultura, a energia e as tecnologias. No final da sua visita, o presidente russo enfatizou os bons laços entre as nações, bem como a sua amizade pessoal com o líder chinês.



Presidente Xi Jinping e o Presidente Vladimir Putin caminham durante uma cerimónia de boas-vindas (Foto: Sergey Bobylev/Sputnik)

Este acontecimento surge no contexto de crescentes tensões entre o Ocidente e a Rússia despontadas pela sua invasão da Ucrânia a 24 de fevereiro de 2022. Desde esse período, as nações ocidentais têm procurado isolar a Rússia internacionalmente, aplicando vários pacotes de sanções e procurando alinhar a comunidade internacional na condenação da invasão, obtendo resultados mistos. A China, cujos laços com o Ocidente também têm vindo a agravar-se por diversas disputas relacionadas com violações dos direitos humanos na região chinesa de Xinjiang, visões opostas quanto à soberania de Taiwan e uma guerra comercial entre a nação e os EUA, tomou uma posição neutra face ao conflito, apoiando contudo certas questões defendidas por Moscovo e tornando-se no seu maior parceiro económico.

Eleições Europeias e o contexto do resto da Europa

Por Matilde Martins

De cinco em cinco anos, os cidadãos de todos os Estados membros da União Europeia são convocados para decidir a composição do Parlamento Europeu, o único órgão eleito por sufrágio direto. Uma vez eleitos, os deputados que irão para Bruxelas integrarão, no Parlamento Europeu, grupos políticos. O intuito passa por representar os cidadãos dos diferentes Estados- membros e formar uma consciência política europeia e, por isso, diferentes partidos integram diferentes grupos parlamentares, dissolvendo-se, assim, a barreira partidária nacional.

De entre as competências do Parlamento Europeu está a formação da Comissão Europeia e a participação em procedimentos de decisão legislativa, executiva, orçamental. Votar para as eleições europeias permite ter uma voz que impacte as políticas de pesca, as políticas do euro, as regras aduaneiras e, em última instância, a agricultura, o ambiente, a energia, a segurança e a saúde pública.

No que ao Parlamento Europeu diz respeito, este é composto por sete grupos políticos europeus, contando ainda com os deputados não inscritos, que não integram nenhum grupo político pelos mais variados motivos. Na véspera das eleições, os dois grupos com mais deputados eram o Grupo do Partido Popular Europeu (PPE) e o Grupo da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas (S&D), sendo seguidos pelo Renew Europe, o Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia, o Identidade e Democracia (ID), os Conservadores e Reformistas Europeus (ECR) e, por fim, o Grupo A Esquerda.

O processo de constituição dos grupos parlamentares em si, com a associação dos vários partidos nacionais que integram as diferentes famílias políticas europeias, dá-se uma semana após as eleições e prolonga-se até ao início de julho. Para a formação de um grupo político no Parlamento Europeu, são requeridos 23 eurodeputados que representem um quarto dos Estados membros, isto é, tem de haver pelo menos sete nacionalidades díspares. É através dos grupos que os eurodeputados se candidatam aos cargos no interior do PE, tais como os de presidente, vice-presidente, questores e presidentes de comissões.

A campanha institucional europeia, denominada “Get out the vote”, começou a 29 de abril, e a 23 de maio decorreu um debate com todos os cabeças de lista das famílias políticas europeias. A paz, a democracia e a proteção dos direitos humanos constam nos valores que o Parlamento Europeu deve procurar defender. Matérias ligadas à defesa e segurança estão também entre as principais prioridades da legislatura, no seguimento do pacto a respeito das migrações e do asilo.

A agricultura é um dos temas de interesse comum, facto este que se pode observar pela magnitude dos protestos levados a cabo pelos agricultores em fevereiro.



Primeiro debate entre os candidatos dos grupos políticos europeus (foto: Euronews)

Os eleitores continuam a considerar que o foco dos legisladores europeus deve continuar a ser o combate à pobreza e exclusão social, o apoio à economia e ao emprego e o fortalecimento dos sistemas de saúde. Constatase ainda que, para os mais jovens, a prioridade principal é o combate às alterações climáticas.

Um caso de corrupção assolou a muito respeitada política europeia: o “Qatargate”, que contribuiu em grande medida para minar a confiança do eleitorado europeu. Numa perspetiva comparada com as eleições que ocorreram no ano de 2019, estas serão as primeiras eleições em que os 27 Estados membros não contarão com a presença do Reino Unido. No caso croata, é apenas a terceira vez que a população é chamada às urnas para as eleições em causa. O Brexit, os efeitos da pandemia, a guerra na Ucrânia e em Gaza e o futuro alargamento da União Europeia contribuem para o contexto atual em que a mesma se encontra.

Apenas em cinco Estados membros (Bélgica, Bulgária, Luxemburgo, Chipre e Grécia) o voto é obrigatório. Com cinco Estados membros a permitir o voto a partir dos 16 anos de idade, o voto juvenil vislumbrou um aumento. Vários Estados membros, entre os quais Portugal, introduziram medidas no sentido de facilitar a ida às urnas (do voto antecipado, ao voto no estrangeiro e até eletrónico). Para oito em cada dez inquiridos, é o contexto internacional que justifica o seu maior interesse nestas eleições europeias.

Na Dinamarca, na Finlândia e na Lituânia, a defesa é, de longe, o que mais preocupa as pessoas; isto deve-se em grande medida à invasão em larga escala da Ucrânia pela Rússia. Já em Portugal, na Croácia e na Roménia são tidas como prioritárias a situação económica e o emprego.

Os inquiridos mais velhos são mais propensos a indicar que a defesa e a segurança, a segurança alimentar e a agricultura, assim como a competitividade, a economia e a

indústria devem ser prioridades da União Europeia de modo a reforçar a sua posição no sistema internacional enquanto agente detentor de influência.

Por outro lado, os mais jovens consideram que a educação e a investigação, a ação climática (tendo como exemplo o Pacto Ecológico como forma de mover o eleitorado mais jovem) e a redução das emissões, bem como a tecnologia e a inovação, incluindo a inteligência artificial, devem ser as áreas de incidência da União Europeia neste próximo mandato.

Para além das europeias, a Bulgária também votou para as legislativas. A Bulgária necessita urgentemente de um período de estabilidade e de um governo que funcione regularmente para acelerar os fundos providos da União Europeia para as suas infraestruturas decadentes e para a adesão plena ao Euro e ao espaço Schengen.

Em França, na sequência da pesada derrotado partido de Emmanuel Macron, Renascimento, com 15% dos votos, e da vitória da União Nacional, com 31% dos votos, chefiada por Marine Le Pen, o chefe de Estado falou aos franceses a partir do Palácio do Eliseu para anunciar legislativas antecipadas, com a primeira fase marcada para 30 de Junho e a segunda a 7 de julho. Na Alemanha, a AfD conseguiu ficar em segundo lugar, ultrapassando o Partido Social-Democrata (SPD) do chanceler Olaf Sholz, com 16,2% contra 14%. Quanto à AfD, este foi o partido mais votado nos estados federados que faziam parte da antiga RDA, exceto em Berlim. Em três deles vai haver eleições para o governo estadual já no mês de setembro.



Marine Le Pen e o cabeça de lista da União Nacional, Jordan Bardella, celebram a vitória (foto: Euronews)



Celebração dos resultados eleitorais na sede da AfD (foto: Reuters)

O primeiro-ministro belga Alexander De Croo anunciou a sua demissão após a projeção de uma derrota eleitoral sofrida pelo seu partido, o Open VLD, nas diferentes eleições realizadas no país. O governo de De Croo ficará agora em gestão enquanto uma nova coligação governamental não for encontrada, algo que ainda pode durar sendo que a Bélgica detém o recorde de governo de gestão mais prolongado: 541 dias.

O partido do primeiro-ministro da Polónia, Donald Tusk, terá obtido 38,2% dos votos, contra 33,9% do Partido Lei e Justiça, que ocupou antes o Governo e que contribuiu profundamente para uma degradação das instituições democráticas no país. É um forte sinal para o chefe do governo que tomou posse em dezembro do ano passado, e que está a desfazer as medidas conduzidas pelo seu antecessor, o que levou já a Comissão Europeia a encerrar, há cerca de um mês, o processo no âmbito do Estado de Direito na Polónia.

Na Dinamarca, a Esquerda Verde venceu as eleições ao Partido Social Democrata da primeira-ministra Mette Frederiksen. Pela primeira vez, conseguiu três mandatos e alcançou mais de 17% dos votos. Na Eslováquia, o vencedor das eleições foi a Eslováquia Progressista, uma das principais forças da oposição, com 27,81% dos votos. O Smer, do primeiro-ministro populista Robert Fico, obteve apenas 24,76% dos votos.

O Partido da Liberdade, de extrema-direita, ganhou as eleições para o Parlamento Europeu na Áustria com mais de 25%, elegendo seis eurodeputados, seguido do Partido Popular, conservador, do Chanceler Karl Nehammer, com 24%. O partido conservador grego Nova Democracia do primeiro-ministro Kyriakos Mitsotakis venceu as eleições com 28% dos votos, relegando para segundo lugar o principal partido da oposição, o SYRIZA. Os partidos da direita radical aumentaram a sua percentagem de votos, além de ter sido registada a maior taxa de abstenção nas eleições europeias nos últimos 15 anos.

Os sociais democratas venceram as eleições na Suécia, com 25% dos votos, ficando à frente dos conservadores do Partido Moderado do primeiro-ministro Ulf Kristersson, que obtiveram aproximadamente 17%. É de realçar o resultado negativo do partido de extrema-direita na Suécia, os Democratas Suecos, com 13,4%. Nos Países Baixos, a coligação que reúne o GroenLinks da esquerda ecologista e o Partido Trabalhista de centro-esquerda venceu as eleições com 21,1% dos votos, deixando para trás o PVV, de Geert Wilders. Na Letónia, o partido de centro-direita Nova Unidade de Valdis Dombrovskis, ganhou as eleições com 25% dos votos, ficando à frente dos nacionalistas de direita radical Aliança Nacional, que conseguiu mais de 22%.



O primeiro-ministro grego, Kyriakos Mitsotakis, celebra a vitória do seu partido (foto: Politico)

Os resultados na Finlândia contrastam com a tendência europeia de crescimento dos partidos de extrema-direita. O Partido da Coligação Nacional, do primeiro-ministro Petteri Orpo, europeísta e de centro-direita, obteve mais de 24% dos votos.

Os resultados na Finlândia contrastam com a tendência europeia de crescimento dos partidos de extrema-direita. O Partido da Coligação Nacional, do primeiro-ministro Petteri Orpo, europeísta e de centro-direita, obteve mais de 24% dos votos.

Na Estónia, o partido de centro-direita, Isamaa, liderado pelo antigo MNE Urmas Reinsalu (hoje em dia força da oposição), venceu as eleições com mais de 21% dos votos. Na Itália, Giorgia Meloni venceu as eleições europeias com mais quatro pontos percentuais que o Partido Democrata, de centro-esquerda.

Apesar da sua crescente tendência a nível mundial, a extrema-direita aumentou mais sobretudo em países onde nunca governou. Nos países que já haviam sofrido as consequências do populismo- Polónia, Hungria, Grécia- o centro-direita saiu-se melhor.

O Parlamento Europeu passou de 705 a 720 eurodeputados e o PPE constituiu-se como a maior família política, seguido dos socialistas e do ECR. No rescaldo das eleições de 9 de junho, a presidente da Comissão já não exclui uma aliança do seu grupo (o Partido Popular Europeu) com o dos Conservadores e Reformistas Europeus.

Do ponto de vista económico, um dos maiores desafios com os quais a União Europeia se defronta é a estagnação da produtividade e a perda de terreno em relação a outros grandes blocos económicos, nomeadamente os Estados Unidos, seu grande aliado, facto este que se deve à incompletude do Mercado Único Europeu. Na área dos serviços não há liberdade de circulação e de prestação de serviços. Atualmente, com a perda de competitividade por parte da UE, este torna-se um assunto de discussão obrigatória.

A atual presidente do Parlamento Europeu, Roberta Metsola, mencionou que já apresentou a sua candidatura para recondução no cargo, sendo este votado pelos seus pares no hemiciclo. Já se encontram em fase de preparação as adesões da Ucrânia e da Moldávia ao Projeto Europeu, ambas realçadas pela ameaça constante por parte da Rússia.

O Banco Central Europeu diz estar atento aos mercados franceses, que agora apresentam uma relativa estabilidade, após a líder da extrema-direita Marine Le Pen se ter comprometido a trabalhar com o chefe de Estado Emmanuel Macron, caso este saia vencedor nas próximas eleições.

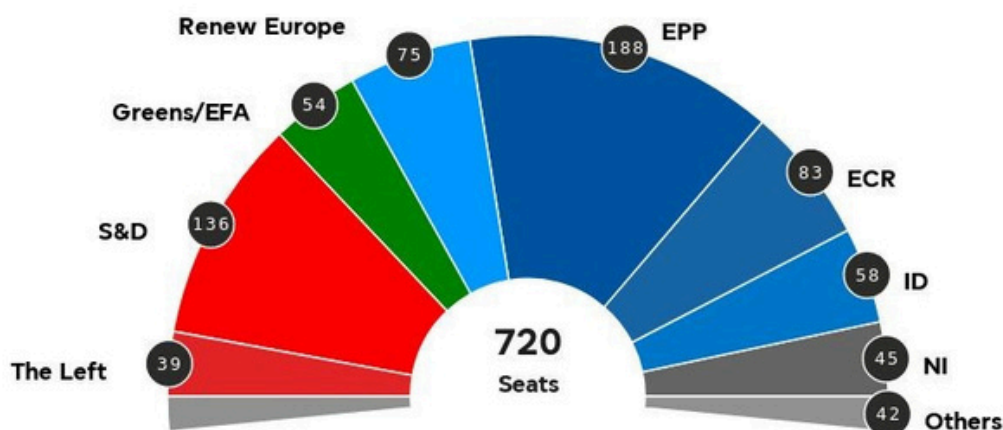
Logo em 2022, os países da União Europeia implementaram sanções direcionadas ao petróleo russo e ao gás natural importado através de gasodutos, mas não ao gás natural liquefeito, que chega mediante a via marítima. Os países que compõem a União Europeia chegaram a acordo em relação ao 14.º pacote de sanções contra a Rússia, que pela primeira vez vai incluir restrições ao GNL. A China defende que as taxas aduaneiras impostas pela Comissão Europeia aos veículos elétricos chineses vão prejudicar a transformação verde do bloco comunitário e a resposta global às alterações climáticas. Assiste-se a uma linha de continuidade em termos do desalinhamento da instituição para com ambas as potências globais.

A União Europeia poderá capitalizar estas eleições de modo a assegurar um papel na luta climática, enquanto líder global nesta frente. Poderá fomentar o investimento na transformação digital e na economia baseada em tecnologia, como tem feito. Fortalecer a coesão interna e a solidariedade entre os seus membros revela-se, também, um desafio.

A fragilidade do eixo franco-alemão, até agora responsável pela dinâmica da União, encontra-se em risco, e um enfraquecimento da União Europeia é suscetível de gerar o regresso de nacionalismos exacerbados. Um dos problemas do europeísmo nasce da dificuldade em como tratar as identidades e sentimentos nacionais. Será cada vez maior o fosso entre duas ideias da Europa, a que propõe uma maior unidade europeia para enfrentar os desafios do futuro, a começar pela defesa, e os que querem dissolver a União Europeia e remeter todas as matérias para os governos nacionais.

European Parliament 2024 - 2029

Provisional results



Distribuição de mandatos pelos grupos políticos europeus no Parlamento Europeu (gráfico: União Europeia)

Cimeira pela Paz na Ucrânia

Por Johan Schäfer

Nos dias 15 e 16 de junho decorreu a denominada “Conferência de alto nível pela paz na Ucrânia”, juntando na Suíça representantes de 92 países e com o objetivo principal de decidir um processo para alcançar a paz na Ucrânia, que se encontra em guerra em larga escala com a Rússia desde fevereiro de 2022. A Ucrânia esteve representada pelo Presidente Volodymyr Zelensky e o Ministro dos Negócios Estrangeiros Dmytro Kuleba, sendo a anfitriã a Chefe do Conselho Federal Suíço Viola Amherd. Portugal esteve presente pelo Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, e o Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Paulo Rangel.

Esta pode ser considerada a 5ª conferência para acabar a guerra, após 3 decorridas em 2023 e em janeiro deste ano terem reunido diplomatas de 83 estados à margem do World Economic Forum (WEF), também na Suíça. Todas elas terminaram sem resultados significativos, levando o conflito a arrastar-se por 28 meses até junho. A cimeira de Bürgenstock não foi além das baixas expectativas, pois o comunicado final foi assinado por 82 delegações, mas apenas contém, entre outros, a “garantia de soberania e independência de todos os países”, a “liberdade de circulação marítima nos mares Negro e de Asov”, assim como a “troca de prisioneiros de ambos os lados”, ou seja, reivindicações não vinculativas que podem ser simplesmente ignoradas pelos beligerantes. Mesmo assim, países importantes do sul global nem sequer assinaram o documento, como o Brasil, África do Sul, Índia, Indonésia ou Arábia-Saudita.



Foto de grupo de todos os participantes, entre os quais Marcelo Rebelo de Sousa e Paulo Rangel

Entre os participantes europeus encontravam-se a Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, o Presidente do Conselho Europeu, Charles Michel e numerosos Chefes de Estado e Ministros dos Negócios Estrangeiros, como Emanuel Macron (França), Pedro Sánchez (Espanha), Rishi Sunak (Reino Unido) ou Olaf Scholz (Alemanha). Os mais conhecidos representantes do resto do mundo foram Gabriel Boric (Chile), Justin Trudeau (Canadá), Cyril Ramaphosa (África do Sul), assim como a Vice-Presidente dos Estados Unidos Kamala Harris. É importante referir que a Rússia não foi convidada, pois a iniciativa da conferência foi da Ucrânia e seus parceiros ocidentais. A China recusou-se a participar, tendo o MNE do país justificado a ausência com o facto de a Cina querer ser anfitriã da sua própria cimeira pela paz, contando com o apoio de muitos estados do sul global, entre os quais o Brasil. No entanto, após esta recusa, o Presidente ucraniano acusou a República Popular de “ser contra a paz, querendo minar a conferência decorrente”, o que torna complicada uma cooperação futura.



Reunião de trabalho na Cimeira da Paz (foto: Reuters)

www.portugaldiplomatico.com